



Impresso Especial  
9912259023/2010-DR/SC  
ALESC  
... CORREIOS ...

ED.400

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

## PARLAMENTO REGISTRA PRIMEIRO SEMESTRE DE INTENSO TRABALHO

Até 13 de julho, deputados realizaram 65 sessões ordinárias, 19 extraordinárias, 11 especiais e quatro solenes

O Parlamento catarinense entra em recesso no próximo dia 17 com um balanço positivo do primeiro semestre. A análise e o aprimoramento de propostas, através dos trabalhos das comissões permanentes e também das consultas populares em audiências públicas, culminaram, até o dia 13, com a aprovação de 61 projetos de lei, nove projetos de lei complementar, duas emendas à Constituição do Estado, cinco projetos de resolução e uma medida provisória.

Nesse período, o Plenário deliberou pelo encaminhamento de 54 moções, 356 indicações, 68 pedidos de informação e 770 requerimentos. Matérias em sua maioria de impacto social. Entre as de maior repercussão, estão as mudanças promovidas na Constituição do Estado.

Em sintonia com as demandas sociais, o Legislativo mediu impasses como o vivenciado pelo magistério público catarinense.



Na sessão ordinária do dia 13, professores lotam as galerias para acompanhar a votação do PLC 26, que estabelece os vencimentos do magistério estadual

CARLOS KILIAN

PÁGINAS 6, 7, 8 e 9

### DEFENSORIA PÚBLICA EM DEBATE



Audiência retoma discussão diante da tramitação de projeto de iniciativa popular

PÁGINA 5

JONAS LEMOS CAMPOS

APROVADA LDO PARA 2012

PÁGINA 10

SINAL VERDE PARA PROJETO DO MAGISTÉRIO

PÁGINA 11

### A TECNOLOGIA NO CAMPO



CADERNO ESPECIAL



## SAÚDE PRECISA DESCENTRALIZAR

A solução para problemas de saúde que a população enfrenta são de grande complexidade, tanto é que mesmo em países desenvolvidos, com significativos investimentos na área, persistem as filas no sistema público. Por isso, devemos reconhecer a louvável iniciativa quando em Santa Catarina entra em pauta a disposição de o governo investir recursos para complementar o que vem do SUS, a fim de diminuir a demanda por cirurgias eletivas, melhorar a remuneração de profissionais da área e cobrir custos das unidades hospitalares.

O assunto foi tema de recente audiência pública em nossa Assembleia, que contou com presenças de representantes das secretarias da Saúde e Fazenda, já que a partir do projeto de recuperação fiscal Revigorar há previsão de destinar recursos para o Fundo Estadual de Saúde, com a finalidade específica.

E o governador Raimundo Colombo já determinou a descentralização de verbas.

Além de resolver o problema de cirurgias eletivas, a decisão também deve descongestionar as emergências hospitalares, pois uma cirurgia que hoje pode ser programado, amanhã talvez deva ser feita como última solução para salvar um paciente. Ou seja, investir nesta linha beneficia a população e o próprio sistema de saúde pública.

Na mesma direção, o governo também deve descentralizar recursos para um programa de clínicas familiares que atendam os requisitos básicos, a fim de prestar atendimento qualificado, sem que a população precise manter como referência única as unidades hospitalares, que não dão conta da demanda.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (PMDB)**



## MERCADO GLOBALIZADO

A Globalização é uma imposição. Com o surgimento das máquinas inteligentes, com alta tecnologia e produtividade, na prática ocorre desemprego se não formos competitivos.

É preciso dos nossos governos, estadual e federal, atuação nesses pontos para que possamos gerar emprego e garantir a desova da produção dentro do contexto globalizado.

Vejo na iniciativa do governador Raimundo Colombo em nosso estado, através do projeto que tramita na Assembleia Legislativa (Revitalização do setor Produtivo e Pró-emprego) os incentivos que serão concedidos para geração de novos empregos.

É fundamental e necessário que se estendam os mesmos benefícios às empresas já existentes, desde que se encaixem nos requisitos do projeto de Lei. É claro que "uma andorinha só não faz verão". É indispensável que o governo federal crie os mesmos mecanismos. O setor têxtil e calçadista, que

absorvem maior percentual de mão de obra no país enfrentam grandes dificuldades, em função da concorrência dos países Asiáticos.

É óbvio que as empresas que atuam com parceiros asiáticos precisam se manter em pé. Para sobreviver ao mercado, ao buscarem parcerias especialmente com a China, grande percentual fabril é absorvido pela mão de obra desse país. Ao entrar no Brasil, pequena parcela do processo fabril é absorvida.

É aí então, que, mascaradamente perdemos mercado interno e externo. É preciso que o governo esteja atento e atue na correção de tais distorções. Não sou contra a busca de divisas através de "comodities, mas temos de ter responsabilidade de incentivar e incrementar o produto manufaturado nacional, garantindo assim o emprego do povo brasileiro.

**DEPUTADO CIRO ROZA (DEM)**

## ENFRENTAMENTO DA CORRUPÇÃO

O fenômeno da corrupção e suas consequências nefastas para o estado democrático de direito são enfocados no livro que o promotor da Moralidade Administrativa, Afonso Ghizzo Neto, lançou no hall da Assembleia Legislativa na noite do dia 12. A obra "Corrupção, estado democrático de direito e educação" orienta-se a partir de uma compreensão histórica da cultura patrimonialista, que culmina com "a corrupção institucionalizada, visivelmente entranhada nas mais profundas vísceras da índole do homem brasileiro".

Fruto da dissertação de Mestrado defendida pelo autor na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2009, o livro tem 226 páginas e leva

o selo da Lumen Juris Editora. Presente à seção de autógrafos, o deputado Jailson Lima (PT) parabenizou Ghizzo Neto pelo trabalho e destacou que "as mudanças administrativas precisam acontecer em todos os órgãos de Santa Catarina e do Brasil".

Afonso Ghizzo Neto é promotor de justiça, titular da 13ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville, que cuida da defesa da moralidade administrativa. Em 2004 iniciou a campanha "O que você tem a ver com a corrupção?", que ganhou destaque em todo o Brasil no ano de 2008. Pela idealização desse projeto, o autor recebeu a medalha de mérito do Tribunal de Contas de Santa Catarina em 2011.



Autor Afonso Guizzo Neto autografa obra aos convidados do evento

SOLON SOARES

## RECESSO PARLAMENTAR

A Assembleia Legislativa estará em recesso parlamentar de 17 a 31 de julho, atendendo o disposto no regimento interno. No período, não serão realizadas sessões ordinárias e reuniões de comissões. As demais atividades da Casa Legislativa permanecem inalteradas. Durante o recesso, o jornal AL Notícias não circulará.

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**Presidente:** Gelson Merisio (DEM)  
**1º Vice-Presidente:** Moacir Sopelsa (PMDB)  
**2º Vice-Presidente:** Nilson Gonçalves (PSDB)  
**1º Secretário:** Jailson Lima (PT)  
**2º Secretário:** Reno Caramori (PP)  
**3º Secretário:** Antônio Aguiar (PMDB)  
**4ª Secretária:** Ana Paula Lima (PT)

**Assembleia na internet:** <http://www.alesc.sc.gov.br>  
**Tiragem:** 8 mil exemplares  
**Impressão:** Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

JORNAL DA ASSEMBLEIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**AL NOTÍCIAS**

**Diretora de Comunicação Social:** Thamy Soligo  
**Coordenadora de Imprensa:** Tayana Cardoso de Oliveira  
**Edição:** Cleia Maria Braganholo e Sandra Annuseck  
**Diagramação e Artes:** Lucas Gabriel Diniz, Tiago Fontão Alexandre (estagiário) e Victor Carvalho Barbato (estagiário)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina  
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

**CRÍTICAS E SUGESTÕES**  
 Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021  
 imprensa@alesc.sc.gov.br

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Reportagens:** Alexandre José Back, Lisandrea Costa, Rossana Espezin, Tatiani Magalhães e Vitor Santos

**Fotografia:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Danielle da Silva (estagiária), Fábio Queiroz, Janine Souza Costa (estagiária), Jéssica Luchi (estagiária), Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

**Relações Institucionais:** Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jussie Sedrez Chaves, Louisi Muller de Jesus (estagiária), Stela Maris Martins da Silva e Patrícia Schneider de Amorim

**Clipagem:** Janine Souza Costa (estagiária), Lucas Gabriel Diniz e Moacir Cardoso

**Expedição:** Carolina Amaral (estagiária), Celso João da Rocha e Simone M. Alves



FOTOS FABIO QUERIOZ

Deputados Moacir Sopelsa, Reno Caramori, Silvio Dreveck e Valmir Comin entregam placa de homenagem para Claudinei Martins, conselheiro da Federação Nacional dos Médicos Veterinários

# HOMENAGEM AOS VETERINÁRIOS DE SC

Sessão especial destaca 50 anos da Sociedade Catarinense de Medicina Veterinária

Os 50 anos da Sociedade Catarinense de Medicina Veterinária (Somevesc) foram comemorados em sessão especial na Assembleia Legislativa, dia 13, solicitada pela bancada do PP e presidida pelo seu líder, deputado Silvio Dreveck. O presidente da entidade, Paulo Roberto Costa Leite Garcia, e o presidente da Sociedade Catarinense de Medicina Veterinária, Adil Vaz, falaram em nome dos 20 homenageados com placas do Poder Legislativo. Estiveram presentes também os

deputados Moacir Sopelsa (PMDB), Reno Caramori (PP), Aldo Schneider (PMDB) e Valmir Comin (PP).

O deputado Silvio Dreveck destacou a importante contribuição da Somevesc fundada em 14 de julho de 1961. O deputado Reno Caramori lembrou algumas vitórias catarinenses que tiveram importante participação dos veterinários, como a erradicação da febre aftosa de Santa Catarina sem vacinação.

Adil Vaz salientou o incentivo ao aperfeiçoamento profissional e a pre-

sença dos médicos veterinários em posições de destaque de importantes entidades como a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri).

Paulo Leite fez questão de lembrar, um a um, os 17 fundadores da Somevesc. Ele agradeceu a iniciativa da Assembleia Legislativa e disse que é sempre uma satisfação ter o reconhecimento do Poder Legislativo pelo trabalho da entidade e de seus filiados.



Proponente da sessão, deputado Silvio Dreveck entrega placa para Paulo Roberto Costa Leite Garcia, presidente da Somevesc

## A LISTA DOS HOMENAGEADOS

- Abel Just
- Adil Knackfuss Vaz
- Antenor Chinato Ribeiro, sub-procurador Geral de Justiça
- Associação dos Frigoríficos e Estabelecimentos com Inspeção Estadual de Santa Catarina
- Associação Nacional dos Clínicos Veterinários de Pequenos Animais de Santa Catarina
- Associação Nacional dos Clínicos Veterinários de Pequenos Animais do Brasil
- Claudio Andrade Ramos
- Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
- Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina
- Deputado Lício Mauro da Silveira – in memoriam
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
- Federação Nacional dos Médicos Veterinários
- Jorge José de Souza – in memoriam
- Leo Carlos da Silveira
- Reno Rogério Vieira – in memoriam
- Sindicato dos Médicos Veterinário de Santa Catarina
- Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária
- Supermercado Imperatriz
- Unisul - Universidade do Sul de Santa Catarina
- Zeferino Giassi

# AUDIÊNCIA DEBATE APOIO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

SC tem apenas oito centros de referência de atendimento às mulheres e só 23 municípios com delegacia específica



JONAS LEMOS CAMPOS

Proposto pela deputada Angela Albino, debate evidencia precariedade do sistema e culmina com decisão da bancada feminina visitar centros de SC

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Luciane Carminatti (PT), acatando proposição da deputada Angela Albino (PCdoB), realizou, dia 13, audiência pública para debater a estrutura dos centros de referência de atendimento às mulheres em situação de violência. Santa Catarina conta com apenas oito centros, evidenciando a precariedade da rede de proteção. Somente 23 dos 293 municípios possuem delegacias especializadas

no atendimento à mulher, apenas 3% dispõem de casas abrigo e só 4% instituíram conselhos de direitos da mulher.

Esses percentuais contrastam com os números da violência: a cada 15 segundos uma mulher sofre algum tipo de violência no estado; 47% das mulheres já foram agredidas fisicamente; 16% das mulheres catarinenses vítimas de violência não abandonam seus maridos por medo de morrer; e 59% não confiam nas instituições que deviam lhes dar proteção.

Representando o governador Raimundo Colombo, a coordenadora estadual da Mulher, Selma Elias Westphel, defendeu a ampliação da rede de proteção, qualificando os centros de referência e promovendo uma mudança cultural. Selma declarou que o foco da coordenadoria é a elaboração do Plano Estadual de Políticas Públicas para a Mulher.

A audiência culminou com a decisão de que bancada feminina irá visitar os oito centros de referência, começando por Rio do Sul, e enviará ao governo do estado pedido

de informação acerca da previsão de implantação de novos centros. Também será redigida moção de apoio à instituição da defensoria pública e enviado a OAB/SC documento evidenciando que a defensoria dativa não atende as necessidades das mulheres vítimas de violência. O Plano Plurianual (PPA) será monitorado para garantir recursos à expansão da rede de apoio; e a bancada feminina se reunirá periodicamente com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e com a Coordenadoria Estadual da Mulher.

## ESCOLHA PELO PÃO

A delegada Mônica Coimbra Forcellini informou que em Florianópolis são lavrados mais de 50 boletins de ocorrência por dia, gerando 200 inquéritos por mês, que culminam com cerca de 25 prisões preventivas. Entretanto, segundo a delegada, o problema é garantir a segurança da mulher depois da denúncia à autoridade policial. De fato, grande parte das mulheres assassinadas registrou BO e a autoridade policial notificou o companheiro, mas, mesmo assim, o assassinato se consumou.

Mesmo com as denúncias, a desembargadora Salete Somariva lamentou a desistência na fase processual. Salete informou que Câmara Criminal do Tribunal de Justiça recebe todos os dias cerca de cinco processos derivados da lei Maria da Penha. De cada dez processos, em oito a mulher desiste "Ela precisa conviver com a violência para não ficar sem o pão de cada dia dos seus filhos", lamentou a desembargadora.

## PLANALTO SERRANO DISCUTE PROPOSTAS PARA O PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

Lages sediou dia 8 a etapa serrana da série de seminários que tratam do novo Plano Nacional da Educação (PNE), proposto pelo Projeto de Lei 8035/2010, do governo federal, que tramita no Congresso Nacional. Promovido pela Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, em parceria com as comissões de Educação da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa, o evento reuniu parlamentares, professores, gestores e especialistas em Educação.

Encaminhado em dezembro pelo Ministério da Educação, o PNE traça diretrizes e metas para a educação que devem ser alcançadas até 2020. Entre elas, a erradicação do analfabetismo através da universalização e melhoria do atendimento escolar, valorização dos profissionais da educação e o estabelecimento de metas para a aplicação de recursos públicos.

A secretária municipal de Educação de Lages, Sirlei Rodrigues, destacou a importância da participação da sociedade na construção do PNE. "O plano é um instrumento que deve ser

construído coletivamente e não pode passar pela Câmara dos Deputados sem a participação de nós, educadores. Estamos à frente do processo e podemos ajudar", disse.

Da mesma forma, a vice-presidente da Comissão de Educação, deputada Luciane Carminatti (PT), ressaltou a importância da construção de um sistema educacional adequado às necessidades do país para as próximas décadas. "Não podemos fazer políticas educacionais com cada um pensando somente para a sua região, sem uma diretriz básica. Com o PNE estamos dando passos importantes para a construção de um sistema sólido para o país que queremos no futuro", frisou.

### QUALIDADE

O presidente da União Nacional de Dirigentes Municipais da Educação (Undime-Sul), Rodolfo Pinto da Luz, abordou em palestra o financiamento educacional. Conforme os dados, em 2007 o governo federal aplicava 4,7% do PIB em educação, passando para

5,7% em 2009. Apesar do aumento, afirmou o educador, o volume de recursos ainda está muito distante das necessidades do país. "É indubitável que houve aumento nos investimentos, mas precisamos avançar mais se quisermos atender as necessidades do país", disse.

Estudos do governo federal indicam que 7% do PIB seriam suficientes

para que se alcancem as 20 metas do PNE, o que equivale a R\$ 61 bilhões. Segundo Rodolfo, as melhorias passam necessariamente por um maior repasse de recursos em todos os níveis educacionais. Os governantes, prosseguiu, precisam estar atentos para que não seja perdido o melhor momento de se avançar nessa área. "Temos que fazer os investimentos agora, enquanto

a população brasileira ainda apresenta um índice expressivo de jovens na população, gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento, com geração emprego e renda", ressaltou.

Abordando o tema Qualidade na Educação: formação inicial e continuada e valorização dos profissionais da educação, a professora doutora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Solange Maria Alves, afirmou que a conjuntura atual precisa ser aproveitada pelos profissionais do setor educacional. "A Educação ganhou centralidade nos debates. Esse momento de otimismo destaca os avanços, mas também os grandes desafios que temos". Entre eles, afirmou, estão a inserção de jovens e adultos e a formação inicial e continuada de professores.

Uma das grandes metas para a garantia da qualidade está em possibilitar que todos os professores da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área do conhecimento em que atuam.



SOLON SOARES

Educadores participam de seminário no auditório da Uniplac

# DEFENSORIA PÚBLICA VOLTA AO DEBATE EM SC

Audiência pública antecede início de tramitação de projeto de lei, de iniciativa popular, para introduzir mudança



JÉSSICA LUCHI

## ALEXANDRE BACK

As Comissões de Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, presididas, respectivamente, pelos deputados Romildo Titon (PMDB) e Luciane Carminatti (PT), promoveram audiência pública dia 12, na Assembleia Legislativa, para discutir a implantação da Defensoria Pública em Santa Catarina. Atualmente o Estado adota a defensoria dativa, em que o serviço é prestado através de convênio entre o Estado e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Proposto pela deputada Ana Paula Lima (PT), o debate reuniu parlamentares, representantes do Ministério Público, OAB, Procuradoria Geral de SC e entidades sociais e

antecede à tramitação de projeto de lei, de iniciativa popular, visando à instalação da Defensoria Pública no Estado, cuja relatoria coube ao deputado José Nei Alberton Ascari (DEM).

Conforme os defensores do projeto, Santa Catarina é o único estado brasileiro que não instalou ainda a Defensoria Pública, em franca oposição ao que determina a Constituição Federal de 1988.

Representando o Movimento de Criação da Defensoria Pública, Carmelice Balbinot Pavi destacou a mobilização popular que, desde 2004, luta para a instalação do novo órgão e que culminou com a entrega de 48 mil assinaturas em junho de 2010, possibilitando a criação do primeiro projeto de lei

de iniciativa popular da história do Parlamento catarinense. "Este tema já foi discutido amplamente em todo o Estado e hoje vivemos um momento histórico na luta por um direito que está sendo sonogado ao cidadão", disse.

Segundo o presidente da Associação Nacional de Defensores Públicos, Gabriel Faria Oliveira, também a Organização dos Estados Americanos (OEA) tem preconizado a criação de defensorias públicas, por oferecerem um serviço mais amplo a grupos considerados vulneráveis. Oliveira instigou os parlamentares presentes a referendarem a vontade popular. "Os deputados foram provocados por iniciativa popular a cumprir a Constituição", frisou.

## OAB SAI EM DEFESA DO SERVIÇO PRESTADO POR DATIVOS

O presidente da OAB, seccional Santa Catarina, Paulo Roberto Borba, saiu em defesa da Defensoria Dativa, argumentando que ela atende às determinações constitucionais, oferecendo serviços à população de baixa renda, sem onerar excessivamente o Estado, tendo sido objeto de manifestações elogiosas do Supremo Tribunal Federal (STF).

Conforme Borba, Santa Catarina, apesar de ter 3,63% da população do país, é o terceiro estado em acesso à Justiça, com um defensor para cada 700 pessoas, número considerado adequado para as necessidades catarinenses. Ele também destacou a onerosidade que a contratação de

defensores públicos acarretaria a SC. "Seria uma despesa suplementar de cerca de R\$ 300 milhões", disse.

Sem entrar na questão sobre qual o melhor modelo a seguir, o sub-procurador da Justiça para Assuntos Jurídicos, José Galvani Alberton, afirmou que as discussões em torno do tema talvez sejam inócuas, uma vez que a questão já está sendo discutida pelo STF, através de ação movida pela Associação Nacional dos Defensores Públicos.

Alberton ressaltou ainda que, mesmo que seja criada a Defensoria Pública, os dois modelos talvez tenham que coexistir por determinado tempo. "É importante refletir

sobre o hiato entre a criação da nova estrutura e a sua efetiva capacidade de responder às demandas da sociedade", disse.



Paulo Borba: onerosidade

## PARLAMENTARES SE DIVIDEM EM TORNO DOS BENEFÍCIOS DA PROPOSTA PARA O ESTADO

A discussão em torno da implantação da Defensoria Pública em Santa Catarina mobilizou os parlamentares, que se revezaram na tribuna para defender seus pontos de vista. A deputada Luciane Carminatti (PT) ressaltou a importância da audiência pública para "aprofundar os debates e construir um consenso sobre o tema". Para a parlamentar, entretanto, a Defensoria Pública seria forma que melhor atenderia as necessidades do estado.

Para a deputada Ana Paula Lima (PT), o serviço de defensoria "não pode ser terceirizado, pois alija o cidadão de seus direitos". Na mesma linha, a deputada Angela Albino (PCdoB) afirmou que a Defensoria Dativa não oferece os serviços com a amplitude necessária. "Precisamos

também evitar os conflitos judiciais e o modelo dativo só trata de questões já judicializadas", disse.

Para o deputado Dirceu Dresch (PT), decidir sobre o melhor modelo de defensoria é um desafio que precisa ser encarado com foco "não apenas orçamentário, mas sim em atender direitos".

### ISONOMIA

"A criação da Defensoria Pública é um imperativo da lei e tenho certeza que o projeto receberá atenção especial do relator e dos demais parlamentares", defendeu Volnei Morastoni (PT).

O deputado Sargento Amauri Soares (PDT, por sua vez, afirmou que "criar a defensoria pública é defender um mínimo de baliza

civilizatória para Santa Catarina".

Já Maurício Eskudlark (PSDB) mostrou-se preocupado com as finanças do Estado para a criação da Defensoria Pública. "Não é simples criar mais uma instituição, mais um custo para o governo, quando o modelo atual cumpre a defesa do cidadão, conforme preconiza a Constituição Federal", disse.

Na mesma linha, Darci de Matos (DEM) questionou: "Quem garante que, empossados, os novos defensores públicos não peçam isonomia salarial aos procuradores, onerando ainda mais o estado?", questionou

Participaram ainda a coordenadora do Mutirão Carcerário do Conselho Nacional de Justiça, juíza Soraia Brasileiro Teixeira; o representante da Associação

Nacional dos Defensores Públicos, André Luis Machado de Castro; o presidente da Associação dos Juizes pela Democracia, José Henrique

Torres, o vice-presidente da OAB-SC, Márcio Vicari, e o Procurador Geral de Santa Catarina, Nelson Antônio Shé.



Proposta pela deputada Ana Paula, audiência reúne autoridades e população

JONAS LEMOS CAMPOS

# PARLAMENTO TEM PRIMEIRO SEMESTRE DE INTENSA ATIVIDADE

Até o dia 13 de julho, o balanço das atividades soma 65 sessões plenárias ordinárias, 19 extraordinárias, 11 sessões especiais e quatro sessões solenes

LISANDREA COSTA

O primeiro semestre de 2011 registrou intensas atividades no Parlamento. Além de elaborar, apreciar e aperfeiçoar matérias provenientes do próprio Legislativo e dos demais Poderes, os parlamentares dedicaram-se ao debate de temas que pautaram a sociedade catarinense. Discutir, intermediar e propor soluções foram tarefas comuns aos deputados das mais distintas bancadas em assuntos como a greve do magistério, os problemas da suinocultura, questões de saúde e de segurança pública.

A paralisação dos professores da rede estadual de ensino evidenciou o papel de mediação de conflitos, que o Parlamento por vezes desempenha. Os professores se fizeram presentes na Assembleia Legislativa ao longo de toda a greve, foram ouvidos e negociaram apoio ao movimento pela construção de nova tabela de vencimentos em virtude do piso salarial. Os parlamentares intercederam junto ao Executivo em defesa dos interesses da categoria e da educação catarinense, decidiram pelo arquivamento de duas medidas provisórias e atuaram pelo aperfeiçoamento da proposta governamental e pela retomada das aulas, após 50 dias de paralisação.

## PROPOSIÇÕES

Até o dia 13 de julho, o balanço das atividades soma 65 sessões plenárias ordinárias, 19 extraordinárias, 11 sessões especiais e quatro sessões solenes. A análise e o aprimoramento



Parlamentares cumpriram papel de interceder na mediação de conflitos, como a crise na suinocultura e a greve do magistério

das matérias, através dos trabalhos das comissões permanentes e também das consultas populares em audiências públicas, resultaram na aprovação de 61 projetos de lei, nove projetos de lei complementar, duas Emendas à Constituição do Estado, cinco projetos de resolução e uma medida provisória. Nesse período, o Plenário deliberou pelo encaminhamento de 54 moções, 356 indicações, 68 pedidos de informação e 770 requerimentos.

Os projetos aprovados beneficiam Santa Catarina nos mais diferentes setores, mas nem todas as proposi-

ções aprovadas pelos parlamentares recebem autorização do Poder Executivo, por isso os vetos são alvo de nova discussão quando retornam ao Legislativo. No primeiro semestre de 2011, 39 mensagens de veto ingressaram na Assembleia Legislativa, sendo 31 vetos mantidos e um deles rejeitado.

A rejeição do veto governamental ao Projeto de Lei 63/2010, de autoria do deputado Kennedy Nunes (PP), assegurou a vigência da matéria, que estabelece a obrigatoriedade do diploma de formação específica aos jornalistas, efetivos ou em comissão,

que atuam na administração pública estadual, em todos os Poderes. A proposta resultou na Lei nº 15.460,

promulgada pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio (DEM), no dia 12 de abril.

PROPOSIÇÃO	ENTRADA	APROVADOS	ARQUIVADOS	TRAMITANDO
Veto	36	01 (rejeitado)	27 (mandados)	07
M.P.	02	01	-	01
Projeto de Lei	293	61	21	211
Lei Complementar	27	09	01	17
PEC	10	02	01	07
Resolução	13	05	-	08

VOTADOS ATÉ O DIA 13 DE JULHO

## DEPUTADOS APROVAM MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO E PROJETOS DE IMPACTO SOCIAL

As Propostas de Emenda à Constituição (PECs) estão entre as matérias de maior repercussão que tramitam no Parlamento. Em maio, o Legislativo aprovou duas Propostas de Emenda à Constituição. No dia 12, ganhou o aval dos deputados a PEC 05/2011, do deputado Jailson Lima (PT), que alterou a redação do parágrafo 2º do artigo 90 da Constituição Estadual. A mudança impede aos juizes auditores o acesso por promoção ao Tribunal de Justiça.

Já a Proposta de Emenda à Constituição nº 13/10, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera (PT), foi aprovada no dia 31 e deu nova redação ao inciso I do artigo 136 da Constituição catarinense, incluindo apoio aos empreendimentos de economia solidária e a outras iniciativas que estimulem o cooperativismo e o associativismo. Conforme o autor, a adoção possibilitará o apoio estatal a

1.300 empreendimentos solidários em Santa Catarina.

### NOVAS LEIS

Os projetos de autoria dos parlamentares aprovados ao longo do período versaram sobre os mais diversos temas. Muitos já se transformaram em novas leis, como a de nº 537, de autoria do deputado Gelson Merisio (DEM), que alterou a Lei Complementar nº 422, de 2008, que instituiu o Programa de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina. Com a lei, famílias com rendimento máximo de três salários mínimos e as atingidas por catástrofes climáticas passam a ter prioridade no programa de habitação.

Outra iniciativa parlamentar foi transformada na Lei nº 15.504, que modificou o artigo 1º da Lei 12.904, de 2004, a qual dispõe sobre o fornecimento de alimentação especial nas

escolas da rede pública. Proposta pelo deputado Darci de Matos (DEM), a lei estabelece o uso de alimentação especial, na merenda escolar, adaptada às crianças portadoras de Diabetes Mellitus, às celíacas, com intolerância à lactose e hipoglicemia, em todas as escolas públicas.

Proposta pelo deputado Edison Andriano (PMDB) transformada na Lei nº 15.493 alterou dispositivo da Lei nº 14.201, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Instrução e Educação Escolar. Com a alteração, ficou autorizada a celebração de convênios entre o Poder Executivo e entidades dedicadas à prática de esportes.

Já o deputado Gilmar Knaesel (PSDB) propôs a criação do Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura, a ser conferido a pessoas físicas ou jurídicas vencedoras de concurso público, conforme regulamentou a Lei 15.503.

No próximo dia 25 de agosto será comemorado pela primeira vez o Dia Estadual da Pastoral da Criança no

Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei 15.466, por iniciativa do deputado Jean Kuhlmann (DEM).



Entre as propostas de emenda, deputados beneficiam economia solidária

## SOLENIIDADES DE HOMENAGEM

O Parlamento reconhece pessoas e entidades que contribuíram para o engrandecimento de Santa Catarina. Com esse objetivo, em 2011 foram realizadas 11 sessões especiais no Plenário Deputado Osni Régis, nas dependências do Palácio Barriga Verde, em Florianópolis, e duas sessões solenes, nos municípios de Gas-

par e São Bento do Sul. Também foram objeto de sessões especiais o lançamento da Campanha de Responsabilidade Social e a apresentação do relatório de atividades do Ministério Público. No dia 1º de janeiro, o Poder Legislativo realizou sessão solene para dar posse ao governador eleito, Raimundo Colombo.

### OS QUE RECEBERAM DESTAQUE

Aderbal Ramos da Silva (in memoriam), pela passagem do centenário de seu nascimento  
 Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia – Acate 25 anos  
 Associação Empresarial de Joinville – ACIJ 100 anos  
 BRDE, pela passagem do cinquentenário  
 Campanha da Fraternidade/Dom Murilo Krieger  
 Facisc  
 Grupo Tuper, pelos 40 anos de fundação  
 Imigração Polonesa  
 Jornal Diário Catarinense, pelos 25 anos de fundação  
 Paróquia São Pedro Apóstolo de Gaspar, pelos 150 anos de fundação  
 180 anos da Imprensa Catarinense - Associação Catarinense de Imprensa SBT, pela passagem dos 30 anos  
 Sociedade Catarinense de Medicina Veterinária, passagem dos 50 anos



Comissões promoveram 30 reuniões no primeiro semestre; entre elas, a que discutiu a situação do Hospital Florianópolis

## AUDIÊNCIAS EVIDENCIAM DEMANDAS

O Legislativo estreita os laços com a comunidade quando promove a discussão de temas de grande relevância social. As comissões permanentes, assim como os fóruns e as frentes parlamentares, possibilitam o debate com participação popular direta e encaminhamento de ações. Em 2011, o Parlamento ganhou uma nova comissão permanente, a de Defesa Civil, que surgiu com o foco de atuar na prevenção e na proteção das vítimas de desastres climáticos. As 17 comissões permanentes promoveram 30 audiências no primeiro semestre, a maioria no interior.

Um terço das audiências realizadas no período debateu a situação do sistema público de saúde. O deputado Volnei Morastoni (PT), presidente da Comissão de Saúde, comandou um ciclo de audiências em todas as regiões do Estado para debater a descentralização da média e alta complexidade em pediatria. Os problemas da atenção básica, a necessidade de reajuste da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) e a realização de cirurgias eletivas foram outros temas debatidos pela comissão.

A saúde também é o foco do Fórum Parlamentar dos Pequenos Hospitais, presidido pelo deputado Mauro de Nadal, que tem como objetivo buscar soluções para a manutenção dos hospitais de pequeno porte existentes no interior do Estado.

Já na agricultura, a Assembleia promoveu audiências públicas para tratar de problemas de várias categorias, como a dos rizicultores, que enfrentaram queda de preço do produto na última safra, em decorrência da entrada de arroz de países do Mercosul no mercado brasileiro. Já a flocultura foi contemplada em audiência pública que debateu a abertura de consultas

públicas, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com vistas a proibir aditivos na fabricação de cigarros e a restringir a propaganda do tabaco. Esses dois debates foram promovidos em conjunto pelas comissões de Agricultura, presidida pelo deputado Aldo Schneider (PMDB), e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, presidida pelo deputado José Milton Scheffer (PP).

Por proposição do deputado Dirceu Dresch (PT), o Legislativo debateu, em maio, as ações para estimular a produção de alimentos orgânicos. Em junho, a situação dos suinocultores ganhou destaque com a realização de audiência pública proposta pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), que teve desdobramentos com outras reuniões promovidas no Parlamento para intermediar a crise enfrentada pelos suinocultores catarinenses, decorrente do aumento do custo dos

insumos e do embargo russo à carne suína.

### EDUCAÇÃO

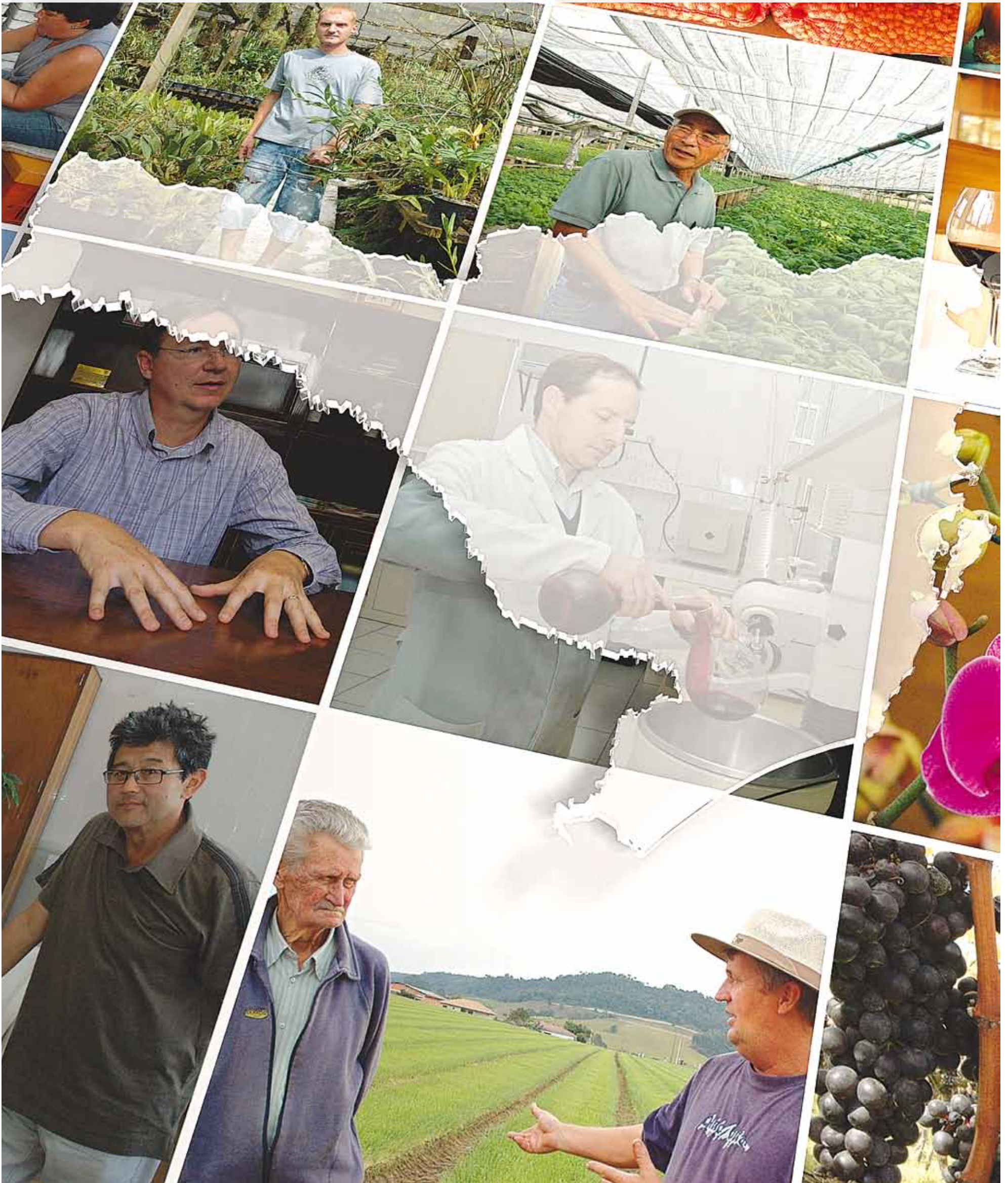
O movimento dos professores pelo cumprimento do Piso Nacional do Magistério em Santa Catarina, que resultou na greve da categoria, motivou audiência pública promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto, por solicitação da deputada Angela Albino (PCdoB), no dia 21 de junho.

Entre outros pontos, os professores debateram com os parlamentares a aplicação do percentual de 25% previsto na Constituição, não incluindo os inativos, e a retirada o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) da base de cálculo da receita líquida do Estado que irá vigorar a partir de 2012.

### O MAPA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

COMISSÃO	QTDE
Saúde	10
Segurança Pública	04
Agricultura e Política Rural	03
Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia	03
Direitos e Garantias Fundamentais, Amparo a família e mulher	03
Transportes e Desenvolvimento Urbano	02
Educação, Cultura e Desporto	02
Pesca e Aquicultura	01
Legislação Participativa	01
Constituição e Justiça e Direitos e Garantias Fundamentais	01
Total	30

# ESPECIALIDADES DE SC



## EDITORIAL

## TRADIÇÃO E TECNOLOGIA

Especialidades de SC dedica a edição à aliança da tradição com a tecnologia em diferentes culturas. Pinçamos como exemplos a batata-semente, a cebola e, mais recentemente, a uva vinífera, que mesmo não tendo laço com os colonizadores vem na esteira da aposta histórica na fruticultura temperada.

Trazida pelos colonizadores alemães, a batata-semente que encontrou na região de Canoinhas os ingredientes necessários para se desenvolver, evoluiu a partir da década de 70 diante dos investimentos em pesquisas. A empreitada iniciada com ajuda do governo alemão foi encampada pelo governo federal através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que montou na região laboratório referência na análise de doenças que acometem a batata-semente. O trabalho tem também como foco o fortalecimento genético.

Também iniciada pelos colonizadores alemães, a cebolicultura coloca a região de Ituporanga no topo da produção nacional. Nem sol nem clima. A maior produtividade/hectare alcançada pelos agricultores se dá devido aos avanços tecnológicos.

De Corupá, vem o exemplo da preservação de espécies nativas de orquídeas e bromélias, um ofício também herdado dos alemães que lançaram as sementes do Orquidário Catarinense, que em 2006 completou um século.

## EXPEDIENTE

## COORDENAÇÃO:

Tayana Cardoso Oliveira

## REPORTAGEM E EDIÇÃO:

Sandra Annuseck

## PROJETO GRÁFICO:

Lucas Gabriel Diniz

## FOTOGRAFIA:

Cleia Maria Braganholo

## APOIO DIAGRAMAÇÃO:

Tiago Fontão Alexandre

Victor Barbato

## APOIO LOGÍSTICO:

Mário Sérgio Machado



Produtores se organizam em cooperativa para produzir minitubérculos que vão dar origem às batatas-sementes

## A BATATA-SEMENTE DE CANOINHAS

Estação da Embrapa impulsiona desenvolvimento da cultura na região

Com a produção de 2 mil hectares/ano, a região de Canoinhas, no Planalto Norte, continua sendo referência em números e qualidade quando o assunto é batata-semente, aquela colhida precocemente para ser futuramente replantada e se transformar em batata.

As décadas de 70, 80 e 90 colocaram Canoinhas em evidência no cenário nacional, desfrutando da condição de maior produtora do país.

No auge, o município chegou a ter de 5 mil a 6 mil hectares cultivados. "Isto foi na década de 80, mas aí começou a faltar área e os produtores buscaram outras regiões do país", lembra o engenheiro agrônomo e gerente do escritório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Elcio Hirano, um profundo conhecedor de batata-semente.

Em 1975, o Brasil importava a batata-semente ainda da Europa.

Foi quando o governo militar, através do Ministério da Agricultura, decidiu investir em tecnologia para desenvolver a semente no território brasileiro.

Na época, lembra Hirano, o Ministério da Agricultura convidou um instituto alemão para montar uma estação experimental em Canoinhas. Eles permaneceram no trabalho nos anos de 1975 e 1976. "Foram embora e cederam a unidade para a Embrapa", conta o

engenheiro.

Na estação, os agrônomos passaram a trabalhar em pesquisas com objetivo de tornar a batata-semente livre de doenças. "Adaptamos a tecnologia às condições brasileiras", explica.

De lá pra cá, foram 35 anos de trabalho incansável. Como resultado ao longo dos anos, o Brasil começou a aumentar a produção, reduzindo sua dependência nas importações.

## MENOR IMPACTO

Considerado pelos especialistas como terceiro alimento básico do mundo, desempenhando papel importante na dieta, a batata tem, no entanto, consumo médio baixo no país: 15 quilos por habitante ao ano.

A Embrapa em conjunto com a Epagri tem trabalho no desenvolvimento de cultivares para reduzir os custos de produção e o impacto ao meio ambiente. Os investimentos são no sentido de também contribuir com a segurança alimentar.

Com o crescimento da consciência ambiental, a produção caminha para adoção de sistemas que racionalizam a utilização de insumos químicos.

Originária do Peru, a batata encontrou em Canoinhas o solo fértil necessário para se desenvolver. "Ela chegou aqui com os colonizadores alemães. Mais tarde, a a colônia japonesa migrou para o município através da Cooperativa Agrícola Cotia, hoje Agrosem, que fomentou a produção nas décadas de 60 a 80.

"A cooperativa trazia a semente da Europa. Os produtores de origem japonesa encontraram aqui terra de boa qualidade, solos livres de doença e clima adequado, com frio à noite e calor durante o dia", lembra Hirano.

Plantada em fevereiro e colhida em junho, a batata é considerada uma cultura de grandes produtores. Hirano estima que hoje cerca de 15 famílias plantem a batata-semente no Planalto Norte, nos municípios de Canoinhas, Três Barras e Monte Castelo.

## UMA HERANÇA DOS COLONIZADORES ALEMÃES

Hirano acredita que a produção da região abasteça atualmente 15% do mercado nacional. "Hoje estamos retornando às áreas plantadas

de 10 e 15 anos atrás", acredita o engenheiro, lembrando que 90% das variedades plantadas no Brasil são de origem estrangeira.



Em estufa, são selecionadas as sementes para abastecer o mercado nacional





### COOPERATIVA

Reunindo sete produtores, a Agrosem é uma cooperativa sediada em Canoinhas. Ela produz minitubérculos que vão se transformar em batata-semente. Produzindo 1 milhão e 600 mil minitubérculos ao ano, a Agrosem é a sucessora da Cotia, uma cooperativa tradicional do interior de São Paulo que se instalou no município em 1965.

São 4,2 mil metros quadrados de estufa, que recebem as sementes produzidas em laboratório. Na estufa, elas permanecem 60 dias e depois seguem para o canteiro onde ficam 90 dias. Os brotos vão para bandeja onde se transformam em minitubérculos.



Em bandejas, brotos vão se transformar em minitubérculos

## REFERÊNCIA EM TECNOLOGIA

Laboratório da Embrapa em Canoinhas é modelo no país

Em constante evolução tecnológica, a cadeia produtiva da batata no País tem em Canoinhas referência não apenas na produção com também em pesquisas na busca do melhoramento genético e em análises laboratoriais para detectar doenças. A Embrapa

(Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) sedia um dos maiores laboratórios de fitossanidade, sendo responsável por investigar vírus, bactérias, fungos, insetos e viroses.

O laboratório é um dos únicos autorizados pelo Ministério da Agri-

cultura, Pecuária e Abastecimento a realizar os testes de detecção de vírus. A Embrapa atende 70% da demanda pelo serviço no País.

Os produtores de batata mandam as amostras para o laboratório. "Também as sementes que vêm de outros países têm as amostras analisadas aqui. No porto, são colhidas amostras originárias da Holanda, Alemanha, Canadá, Chile, Estados Unidos e Argentina. A carga fica retida num contêiner refrigerado até ser liberada", explica o agrônomo e gerente da Embrapa em Canoinhas, Élcio Hirano, que estima ter analisado em 2010 cerca de 285 mil amostras. Destas, 40 mil são de origem estrangeira.

Hirano lembra que cada produtor chega a remeter cerca de 10 mil amostras por ano. Isto porque o teste deve ser realizado por lote. Para cada amostra de folhas, tubérculos e brotos de batata semente são emitidos quatro tipos de resultados: para vírus X, Y, S e enrolamento das folhas, doenças que provocam queda na produtividade das lavouras, explica Hirano

Ele lembra que a empresa foi uma das primeiras a adotar o teste do vírus denominado Elisa, que começou a ser desenvolvido na década de 70, no Centro Internacional da Batata, instalado no Peru - região de origem da batata.



No laboratório, a germinação das sementes em busca do melhoramento genético



Élcio Hirano trabalha há 35 anos com batata-semente na Embrapa de Canoinhas



Profissional da Embrapa analisa amostras de folhas e brotos da semente



Batatas-sementes abastecem 15% do mercado nacional

# UVAS VINÍFERAS COLOCAM SÃO JOAQUIM EM EVIDÊNCIA

Clima garante produção de fruta de sabor único, responsável pela produção de vinhos de qualidade, refletindo numa fruticultura de valor agregado



Noites frias reduzem o ritmo do ciclo vegetativo das uvas, que ficam até 52 dias a mais nas parreiras, refletindo em maior concentração de açúcar

A fruticultura temperada é uma especialidade da Serra Catarinense. Na esteira da tradição, aparece uma nova aposta, a uva vinífera destinada para a produção de vinhos, com forte valor agregado que tem colocado os produtores de São Joaquim em evidência no cenário nacional, conquistando títulos jamais imaginados. Entre os 40 melhores do país, aparecem seis produzidos em São Joaquim, selecionados na Expositive, de São Paulo.

O trabalho com as uvas viníferas não é tão recente assim. As primeiras pesquisas datam de 1990, quando os técnicos da Epagri resolveram apostar nas condições ímpares oferecidas pela natureza na região de São Joaquim, garantindo

matéria-prima de excelência para a produção de vinhos com características superiores aos produzidos em qualquer lugar do Brasil.

Mas o que diferencia as uvas de São Joaquim e municípios vizinhos das de outras regiões do país e até do mundo? O enólogo João Felipetto, da Estação Experimental da Epagri de São Joaquim, explica que a fórmula está associada a uma situação climática típica e impar vivenciada no município: a alternância de temperatura durante o dia e a noite.

Essa mudança proporciona economia de energia para a planta, refletindo num sabor único para a fruta, com maior concentração de açúcares, taninos (que garantem a longevidade vinho) e autocianos

(pigmentos para o vinho), características estas responsáveis por garantir cor e corpo ao produto.

"As noites sendo frias reduzem o consumo de energia pela planta. Assim, tudo o que é produzido durante o dia via fotossíntese é conservado durante a noite. Isso reduz o ritmo do metabolismo da planta. Como resultado, temos vinhos com características superiores aos produzidos em qualquer parte do Brasil", atesta o enólogo, que comanda o laboratório da Epagri em São Joaquim.

## METABOLISMO

Com a redução do ritmo do metabolismo da planta, o que ocorre, na prática, é que o ciclo de maturação das uvas de São Joaquim é mais lento do que o de outras regiões, como é o caso da Serra Gaúcha. "Outro fator fundamental para que uma variedade de videira possa expressar tudo o seu potencial é o clima de-

corrente da altitude acima de 1.200m que pode ser encontrado não só nos municípios da Região Serrana de São Joaquim, mas também em alguns do Meio Oeste como Caçador e Água Doce", observa Felipetto.

O ciclo vegetativo da planta na Serra Gaúcha vai de 15 de outubro até o final de fevereiro. Em contrapartida, o período em São Joaquim vai até o final de abril, refletindo no sabor mais adocicado. No quadro abaixo, observa-se que o ciclo em dias chega a ser até 52 dias maior na Serra Catarinense no caso da variedade Merlot.

Acostumada a lidar com a produção de maçãs, que tem na região a maior produtora do Estado, a Epagri de São Joaquim tem investido nas uvas viníferas, tendo em vista que elas agregam valor à fruticultura, lembra Felipetto. "A uva é uma alternativa de renda, caminhando lado a lado com a maçã", observa o enólogo.

CULTIVAR	CICLO (DIAS) S. JOAQUIM	CICLO (DIAS) B. GONÇALVES	DIFERENÇA (DIAS)
Chardonnay	193	153	40
Pinot Noir	192	142	50
Tannat	190	159	42
Gamay	190	148	42
Merlot	200	148	52
Cabernet Franc	210	162	48

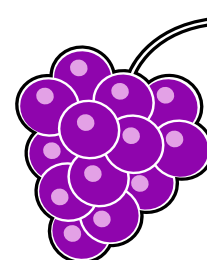


Uvas são dispostas em espaldeiras, arames arranjados simetricamente

## OS BENEFÍCIOS

### UNIDADES DE PESQUISA PARTICIPATIVA

1.360 m – BOM JARDIM  
1.300 m – SÃO JOAQUIM  
1.200 m – PAINEL  
1.150 m – URUBICI  
950 m – BOM RETIRO  
910 m – RIO RUFINO



Fonte: Estação Experimental da Epagri em São Joaquim



Profundo conhecedor de vinhos, o enólogo Orlando Bettú, da Vila Francioni, atesta que as uvas produzidas em São Joaquim refletem num vinho mais durador, denso e estruturado. "Apostamos na colheita tardia", observa Bettú, estimando que a vila tenha 26 hectares de uvas, das quais 70% são Cabernet. Em 2011, a vinícola colheu 150 toneladas, um aumento de 20% em relação a 2010. "Nosso clima reflete num vinho com mais longevidade e qualidade."

## GRANDES EMPRESAS APOSTAM NA REGIÃO



Radiografia Epagri/Ciram aponta 183 áreas de vinhedo, numa áreas de 257,42 hectares, produzindo em 42 estabelecimentos agropecuários

## LABORATÓRIO

O enólogo João Felipetto, da Epagri de São Joaquim, sabe que a pesquisa é uma importante aliada para colocar os produtores da região em destaque no cenário nacional. Prova disso é que está à frente da empreitada no laboratório, que funciona anexo à Estação Experimental.

"A enologia gera conhecimento específico desenvolvendo as características da identidade e tipicidade dos vinhos da região", explica o estudioso, lamentando que, apesar dos avanços tecnológicos observados nos últimos anos, a vitivinicultura brasileira tem sido constantemente ameaçada pela concorrência com os vinhos importados. "Neste aspecto, a pesquisa científica e tecnológica pode e deve contribuir como elemento gerador e otimizador da qualidade e da competitividade dos nossos vinhos", justifica.

Através das pesquisas, o laboratório garante apoio ao agropênjio vitivinícola. "Nosso objetivo é desenvolver métodos que possam servir de parâmetro qualitativo para as empresas que atuam ou desejam entrar na atividade na região", observa.

Felipetto lembra que o laboratório de enoquímica e microvinificação faz parte das metas do projeto Microvinificação na Microrregião Geográfica Geográfica Campos de Lages. O laboratório foi financiado pela Fapes (Fundação de apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina).

Com as pesquisas de campo iniciadas na década de 90, a produção de uvas viníferas começou efetivamente em escala comercial no ano 2000. De lá pra cá, cinco empresas de grande porte se instalaram na região de São Joaquim.

Em 2009, a Epagri com apoio do Ciram fez um cadastro técnico dos produtores. A radiografia mostra que são 183 áreas de vinhedo produzindo em 42 estabelecimentos agropecuários.

Essa área se traduz em 257,42 hectares em áreas com mais de 900 metros de altitude. O potencial de produção é de 1.544.700 litros, sendo que São Joaquim representa 52% da produção. "Isso credencia o município ao per-

seguido título de Capital Catarinense do Vinho de Altitude", preconiza o estudioso, que busca apoio parlamentar para a empreitada.

Da área cultivada, 52% são da variedade Cabernet Sauvignon, de cacho menor, com boa relação casca-polpa. Outros 18% são de uva Merlot, considerada prima-irmã da Cabernet, e matéria-prima para vinhos menos agressivos.

O levantamento ainda constatou que 81,1% da produção em espaldeira, sistema de condução da parreira que permite exposição completa do fruto ao sol. "Ele é preconizado mundialmente como o mais adequado para garantir a qualidade da uva e do vinho", observa o enólogo.

## RAIO-X DA PRODUÇÃO

1991 - Começaram os teste de cultivares de videira ra na Estação Experimental de São Joaquim seguintes cultivares: Cabernet Sauvignon, Itália, Niagara branca, Concord, Isabel, Moscato Bailey, Courdec-13, Gewurtz-traminer, Rainha;

1998 - Teve destaque a variedade Cabernet Sauvignon  
- Micro vinificação cantina da EEV (como foi mencionado)  
- Degustação das microvinificações feitas em Videira

1999 Ampliação da área de pesquisa, com a difusão dos primeiros resultados  
2000 - Início de plantio comercial



João Felipetto coloca em prática os conhecimentos como enólogo para desenvolver características que reforcem a identidade e tipicidade do vinho da região



### O CICLO

Cultura de inverno, a exemplo do alho, a cebola é plantada em abril e maio, sendo colhida de outubro a dezembro. Segundo Daniel Schmitt, a oferta catarinense no mercado nacional ocorre entre os meses de outubro a maio. Na safra de 2010/11, o mapa do escalonamento de oferta mostra que os catarinenses colocaram mais toneladas nos meses de março de abril, quando chegou a 60 mil toneladas/mês.

Cerca de oito mil famílias se dedicam à cultura na região de Ituporanga, representando 20% do PIB local e ajudando a garantir a permanência do homem no campo

# REGIÃO DE ITUPORANGA GARANTE LIDERANÇA CATARINENSE NA PRODUÇÃO DE CEBOLA

Herança dos imigrantes alemães, cultura tem no Alto Vale do Itajaí a principal região produtora

Cerca de 12 mil famílias garantem ao estado de Santa Catarina a condição de maior produtor de cebola do país, respondendo por 33% do mercado nacional. Destes, 70% têm como origem a região do Alto Vale do Itajaí, especialmente o entorno de Ituporanga. São 22.224 hectares cultivados com uma produtividade média de 24.187 quilos por hectare. Um diagnóstico que faz da atividade a principal hortícola catarinense, ajudando na permanência do homem no campo.

Distante 163 quilômetros da Capital, Ituporanga lidera o ranking. Isto porque o município tem uma produtividade acima da média, algo em torno de 30 mil quilos por hectare, segundo diagnóstico do setor traçado pelo engenheiro agrônomo, Daniel

Schmitt, do escritório local da Epagri em Ituporanga e coordenador da Câmara Setorial da Cebola na Secretaria de Estado da Agricultura.

Nem o clima, nem o solo foram fatores determinantes para que a cultura tivesse na região de Ituporanga o coração produtivo. Há outras regiões do estado como a de Curitiba, por exemplo, que tecnicamente reúnem melhores ingredientes para se destacar, já que a cultura exige temperaturas frias para se desenvolver. "A tradição veio com os colonizadores alemães a partir de São Pedro de Alcântara. Hoje, ela representa 20% do PIB da região de Ituporanga", observa Schmitt, lembrando que a produtividade deu um salto em 1997 para fazer frente à competição com a Argentina em função do Mercosul.

O cultivo começou por volta de 1930 e 1940, ocorrendo a intensificação a partir de 1970. "A cultura representou uma alternativa de renda para as pequenas propriedades, que continuam sendo a base da produção", sustenta o agrônomo Claudinei Kurtz, do escritório regional da Epagri, que contabiliza 10 municípios predominantemente envolvidos na cebolicultura: Ituporanga, Alfredo Wagner, Aurora, Atalanta, Bom Retiro, Chapadão do Lajeado, Imbuia, Leoberto Leal, Petrolândia e Vidal Ramos.

### RAIO-X

A região tem cerca de oito mil produtores, que têm no melhoramento genético das sementes, nas técnicas de adubação, medidas fitossanitárias e nas condições adequadas para armazenamento fortes aliados para garantir a liderança no mercado. "Em 1983, foi fundada a estação experimental da Epagri assegurando este apoio aos agricultores", lembra Claudinei.

Entre as missões da Epagri, está a distribuição de cerca de 400 quilos/ano de semente básica. Atua também na prevenção de doenças, sendo o mofo, cientificamente conhecido como Mildio, a principal. "Ela ataca as folhas e o controle se dá através de fungicidas. Estamos desenvolvendo um sistema de monitoramento", informa Claudinei.

## APOSTA NO POTENCIAL GENÉTICO

Para garantir a competitividade, a região aposta em cultivares com alto potencial genético. Com a colheita concentrada nos meses de dezembro a janeiro, a cultura corre o risco de perdas em decorrência de fatores climáticos. Outro obstáculo enfrentado pelos produtores está no pouco tempo tolerado de armazenamento, restringindo o tempo de comercialização. Em outras palavras, o agricultor corre contra o relógio para evitar as perdas em decorrência de fatores climáticos e também contra o risco de enfrentar o excesso de oferta no mercado.

Na missão de possibilitar maior rendimento, os técnicos da Epagri trabalham com quatro variedades, atendendo as especificidades das regiões produtoras: Bola Precoce, Superprecoce, Juporanga e Crioula Alto Vale. Em fase de implantação, está a Poranga, com precocidade de 15 dias na colheita, anuncia o agrônomo Claudinei Kurtz.

A Bola Precoce responde por 60% da área cultivada. Ela tem aspecto arredondado, talo fino e, como no próximo nome diz, tem a colheita precoce, 20 dias antecipada. "Com isso, ela não sofre os prejuízos decorrentes da chuva e do calor", atesta o agrônomo Daniel Schmitt.

Para as regiões de baixa al-

titude, a Epagri recomenda a Superprecoce, de ciclo mais curto. A Crioula do Alto Vale se destaca pela uniformidade de tamanho e ausência de brotação, entre outros aspectos. A Juporanga, por sua vez, foi criada a partir da cultivar Jubileu e se destaca no armazenamento.



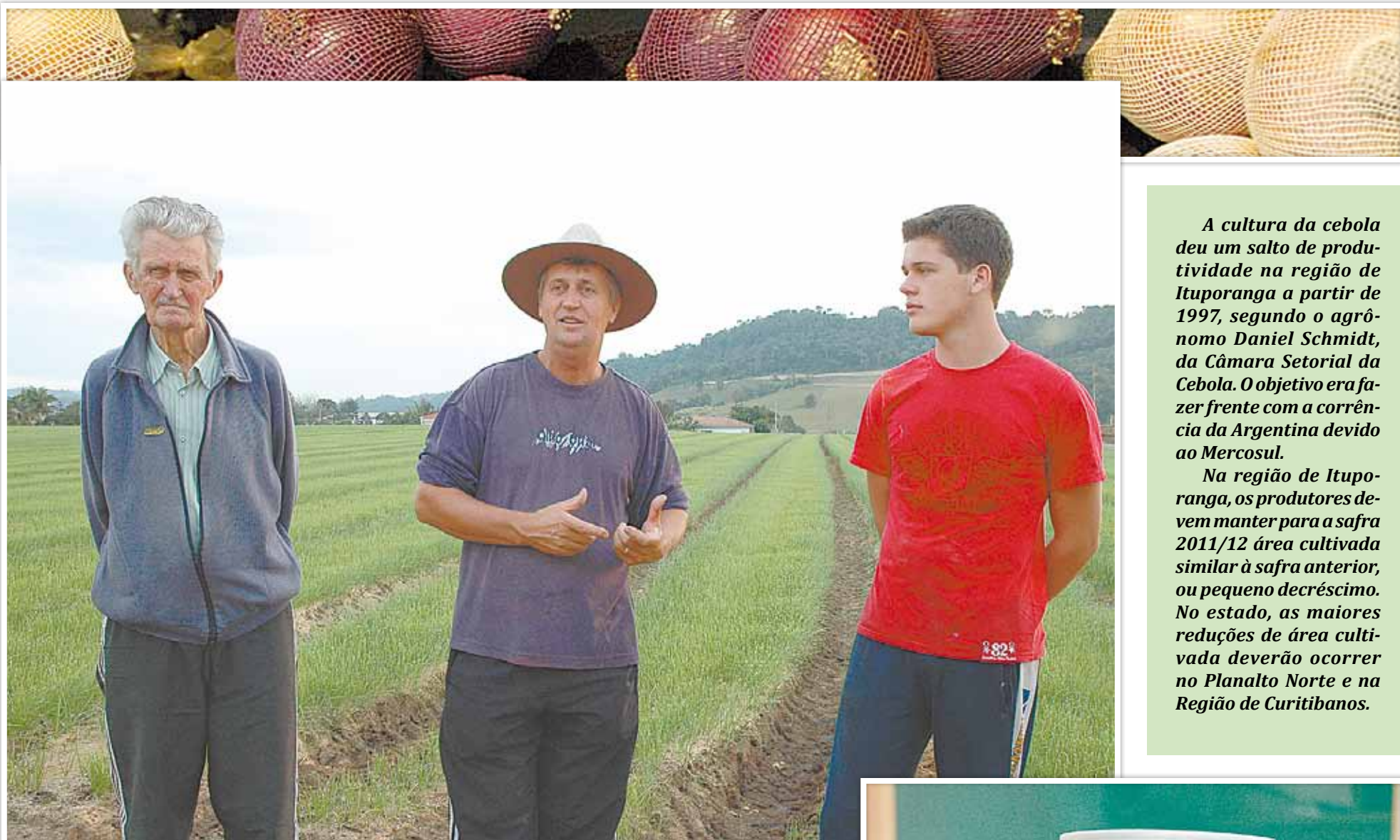
Claudinei: busca de rendimentos



Daniel: precocidade evita prejuízos



Cerca de 75% da área produtiva emprega cultivares desenvolvidos pela Epagri



Bertolino, 80 anos; Sérgio, 49, e Joel, 19, unidos em torno de uma cultura, que se perpetua no sangue da família

## A EXPERIÊNCIA DE QUEM CONHECE CAMPO E MERCADO

Cebola tem como característica propriedades com até 4 hectares

A agricultura familiar é a base da cebolicultura. As áreas cultivadas têm em média 4 hectares por produtor. Apenas 10% dos agricultores possuem mais de 10 hectares na região de Ituporanga.

Entre os maiores, está Sérgio José Willemann, 49 anos, com 10 hectares cultivados, que rendem em média de 500 a 550 toneladas ao ano. Nem mais nem menos, a área da família Willemann mantém-se estabilizada no mesmo patamar há anos. Talvez este seja o segredo do sucesso do produtor, que aprendeu na prática a lidar com os intempéries da cultura. “Desde os sete anos de idade lido com a cebola. Trabalho para aumentar a produtividade/hectare e não ampliar área, que é um risco. Há quem invista o lucro de uma safra no aumento da área e isso não faço”, atesta Sérgio, sinalizando que a crise no setor é uma situação transitória, limitada a algumas safras, muitas vezes por conta do aumento da área cultivada.

Sérgio herdou o ofício do pai, Ber-

tolino Augusto Willemann, hoje com 80 anos, descendente de alemães, e nascido em Ituporanga. “Chegamos a plantar no estilo antigo, com os paizinhos”, relembra o produtor, ao lado do pai e do filho Joel, 19 anos, que divide os afazeres do campo com os estudos. “Ele cursa Administração”, orgulha-se Sérgio, que confessa ser a cebola uma opção de vida, um sacerdócio.

“Cansei de ver meu filho e neto passarem até 24 horas por dia na terra. Chegaram a ficar até três dias sem dormir”, confessa orgulhoso, Bertolino, do alto da experiência de quem viu os progressos da cultura.

Progressos esses que Bertolino faz questão de ilustrar com números. “Quando eu produzia cebola, colhia de 8 a 10 toneladas por hectare. Hoje, meu filho tira de 40 a 50 toneladas por hectare. É uma diferença muito grande no final das contas”, contabiliza Bertolino, reconhecendo os avanços que a tecnologia proporcionou aos produtores.

Sujeito às leis da natureza e do mercado, Sérgio, o filho, sabe melhor do que ninguém que a cultura exige prudência. “Gosto da cebola porque com ela posso tanto ir ao céu como ao inferno. É uma caixinha de surpresas”, confessa o produtor, para quem planejamento e perseverança são ferramentas indispensáveis. “No fumo por exemplo, o produtor já sabe quanto vai ganhar. Não passa do tabelado pelas fumageiras”, atesta,

Supresas que Sérgio aprendeu a administrar bem. Prova disso é que embora a cebola continue sendo seu carro-chefe no campo, respondendo por 80% de sua renda, o agricultor resolveu apostar em outras frentes. Assessorado por técnicos da Epagri, há oito anos, decidiu investir na piscicultura. “Não podemos apostar tudo nos ovos da mesma galinha”, confessa Sérgio, que superou os estragos ocasionados pela safra 2010/2011 da cebola, por conta do excesso de oferta o mercado, com os rendimentos da tilapia.

**A cultura da cebola deu um salto de produtividade na região de Ituporanga a partir de 1997, segundo o agrônomo Daniel Schmidt, da Câmara Setorial da Cebola. O objetivo era fazer frente com a concorrência da Argentina devido ao Mercosul.**

**Na região de Ituporanga, os produtores devem manter para a safra 2011/12 área cultivada similar à safra anterior, ou pequeno decréscimo. No estado, as maiores reduções de área cultivada deverão ocorrer no Planalto Norte e na Região de Curitibanos.**



Epagri distribui sementes de cebola aos produtores

### O RANKING DOS MAIORES PRODUTORES

POSIÇÃO	BRASIL E MUNICÍPIOS	Qt (t)
1	Ituporanga - SC	110.400
2	Alfredo Wagner - SC	90.200
3	Casa Nova - BA	81.950
4	Santo Sé - BA	61.025
5	São José do Rio Pardo - SP	46.251
6	Juazeiro - BA	40.828
7	São José do Norte - RS	35.200
8	Monte Alto - SP	30.000
9	Imbuia - SC	28.600
10	Aurora - SC	26.000

Fonte IBGE / 2007

# ESPECIALIDADES DE SC

## O ORQUIDÁRIO CENTENÁRIO DE CORUPÁ

Família Seidel há mais de um século se dedica a um imenso bercário com mais de 1.500 espécies nativas de orquídeas



Com foco voltado para espécies nativas, família Seidel diversifica e disponibiliza híbridas em loja anexa

Mais de um século de tradição. A família Seidel de Corupá é exemplo de que um negócio quando bem administrado pode se perpetuar ao longo das gerações. Hoje, no comando do Orquidário Catarinense, que leva o nome de Alvim Seidel Orquidário Catarinense, está Donato Seidel Junior, engenheiro agrônomo de formação, bisneto do fundador Roberto Seidel, imigrante alemão, que elegeu a região de Corupá para residir e semear um negócio, que hoje reúne em torno de 1.500 espécies nativas de orquídeas mantidas num imenso bercário com 10 hectares, incluindo também bromélias. No total, são cerca de 60 mil unidades.

Faltam palavras para traduzir a essência que move o Orquidário Catarinense, que atrai um público seletivo formado especialmente por orquidófilo de todo o país, que visitam o local em busca de espécies nativas. "Produzimos desde a semente até o momento do florescimento", explica Donato, estimando em média o tempo de sete anos para que uma planta esteja pronta.

O clima quente e úmido de Corupá contribuem para que a planta se desenvolva perfeitamente na região. "Nosso microclima permite que todas as orquídeas do mundo se deem bem aqui. Trabalhamos especialmente com espécies nativas. Temos muitas variedades que estão em extinção, de origem amazônica, que em função da devastação da Mata Atlântica estão ameaçadas", contextualiza o engenheiro agrônomo.

Com a desvalorização do dólar, as exportações de orquídeas também ficaram inviabilizadas. Dessa forma, o negócio passou a se concentrar mais do que nunca para os especialistas. Com isso, Donato profere palestras em grandes exposições divulgando o trabalho do orquidário. Também tem um público fiel que adquire as plantas pelo Correio.

Além das orquídeas, a família Seidel produz também bromélias. O comércio, no entanto, sofreu uma queda de 90% em razão do fantasma da dengue que cerca a planta. "O que não é verdade. Se não, toda a Mata Atlântica estaria contaminada pelo mosquito. A água na planta se renova constantemente", observa.

### EXPERIÊNCIA E PRÁTICA

O jovem agrônomo Donato Seidel Júnior sabe que um negócio para prosperar não depende exclusivamente de tradição. Por conta disso, é profundo estudioso de orquídeas, embora lamente que a bibliografia no assunto ainda seja incipiente.

Nas palestras que profere, ele sempre recomenda que o

consumidor adquira uma orquídea com o nome científico. Ensina que o ideal é molhar a planta duas a três vezes por semana, preferindo burrifar. "Apenas uma vez por semana recomenda-se encharcar", observa, lembrando que a orquídea exige meia luz. "Muita luz queima a planta e pouca, não possibilita a fotossíntese."



Donato vende sementes para EUA, Alemanha, Rússia e Japão



Cuidado diário com as espécies

### UM POUCO DA HISTÓRIA

O alemão Roberto Seidel chegou em Corupá em 1902. Começou trabalhando numa pequena floricultura em 1906, na qual produzia plantas ornamentais e árvores frutíferas. Atendendo apelos de imigrantes alemães, diversificou sua produção passando a disponibilizar exemplares de orquídeas nativas.

Em 1945, o negócio foi dividido entre os filhos. Na ocasião, seu filho Alvim ficou responsável pelas orquídeas e bromélias e apostou no fortalecimento do orquidário. Desde então, percorreu em torno de 100 mil quilômetros em viagens pelo Brasil na busca de mais de 100 novas espécies, entre orquídeas e bromélias por ele descobertas. Várias delas, inclusive, ajudou a salvar da devastação. Muitas floresciam enquanto que eram indiscriminadamente derrubadas.

Na mesma linha de busca da preservação de espécies ameaçadas de extinção, o filho de Alvim, Donato Seidel, comandou durante anos o orquidário, aliando seus conhecimentos de engenheiro agrônomo. E nos dias de hoje, o ofício herdado do bisavô prospera nas mãos do também engenheiro agrônomo, Donato Seidel Junior.

Voltado a um público específico, o Orquidário, no entanto, recentemente ganhou uma loja aberta à população, na qual são comercializadas exemplares híbridos.

# REFORMA NO PALÁCIO BARRIGA VERDE TERMINA COM DOIS MESES DE ANTECEDÊNCIA

Obras concluídas no dia 12 abrangem recuperação estrutural, elétrica, hidráulica e adequação de espaços físicos

Foi concluída no dia 12 de julho a maior reforma já realizada na Assembleia Legislativa de Santa Catarina desde a inauguração de sua sede, o Palácio Barriga Verde, há 40 anos. As obras, que envolveram recuperação estrutural, manutenção e adequação dos sistemas elétricos e hidráulicos e adequação dos espaços de circulação e dos gabinetes parlamentares, iniciaram em 4 de janeiro e terminaram 60 dias antes do prazo previsto.

Foram alterados 5.900 metros quadrados compreendendo as áreas de circulação geral e dos gabinetes dos deputados, agora padronizados. Todos os parlamentares possuem hoje gabinetes com 95 m<sup>2</sup>, com espaço para reuniões e sanitário próprio inexistentes no modelo anterior, que não passava de 50 m<sup>2</sup>. Com a mesma estrutura há quatro

décadas, as salas parlamentares já não supriam a atual demanda e necessidades de trabalho e de atendimento à população, exigindo também reparos constantes que geravam custos extras.

Os deputados irão se instalar em seus novos gabinetes nas duas últimas semanas de julho, período de recesso parlamentar. Antes do início da reforma, e até mesmo durante os desafios que surgiram durante as obras, foram cuidadosamente analisadas várias alternativas de uso e aproveitamento do espaço para otimizar investimentos e dar celeridade aos trabalhos. A empreiteira vencedora do processo licitatório para execução da reforma foi a empresa Espaço Aberto e o investimento na obra, que terá garantia de um ano pela executora do serviço, foi de R\$ 7 milhões.



FABIO QUEIROZ

Obra alterou 5.900 metros quadrados nas áreas de circulação e gabinetes



JONAS LEMOS CAMPOS

Inaugurado há 40 anos, Palácio Barriga Verde passou por maior reforma de sua história

## CAMPANHA ADOÇÃO - LAÇOS DE AMOR MARCA O PRIMEIRO SEMESTRE



SOLOM SOARES

Campanha Adoção - Laços de Amor visa incentivar a adoção de irmãos e a qualquer idade em Santa Catarina

Entre as campanhas institucionais patrocinadas pelo Legislativo, em 2011, que sempre têm objetivo de estimular ações que mobilizam a comunidade e as instituições catarinenses para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, está a de adoção.

Adoção – Laços de Amor é uma campanha realizada em parceria pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Santa Catarina (OAB/SC) e Tribunal de Justiça.

A campanha tem como objetivo reduzir o número de crianças abrigadas em instituições de acolhimento do estado. O Poder Judiciário está engajado para garantir maior agilidade nos processos de adoção,

e a sensibilização social acontecerá para flexibilizar os planos de futuros pais e mães, ampliando seu olhar para crianças mais velhas.

Santa Catarina tem cerca de 1600 crianças em instituições de acolhimento, muitas aguardando adoção. A maioria, no entanto, tem acima de oito anos, o que contraria o desejo da quase totalidade daqueles que pretendem adotar. Entre os que planejam acolher em seus corações, vidas e lares um filho adotivo, 98% querem uma criança de até três anos.

A Campanha Adoção – Laços de Amor acontece até dezembro deste ano, promovendo a sensibilização social através de histórias reais, mostrando como os laços de amor nascem entre os novos pais e filhos.

# DEPUTADOS VÃO A CAMPO EM VISTORIAS

Parlamentares fiscalizam obras e situação de hospitais, escolas e ainda município atingido por enxurrada

A fiscalização, um dos pilares do Legislativo, foi objeto da atuação parlamentar em áreas como saúde, educação e infraestrutura. Exercendo esse papel, os deputados checaram, por exemplo, a situação de instituições de saúde, averiguaram denúncias e conversaram com profissionais e usuários para levantar demandas e propor ações.

A Comissão de Saúde realizou visitas técnicas em diversas instituições hospitalares para elencar as principais deficiências apresentadas, visando solucionar a situação a partir de propostas. No Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen, em Itajaí, o presidente da comissão, deputado Volnei Morastoni, e o deputado Dado Chereim (PSDB) constataram a falta de estrutura física, técnica e de equipamentos, além do excesso de demanda de pacientes encaminhados pelos municípios da região. A diretora-geral, Sandra Pedrinha Zanotto, mencionou que a falta de leitos faz com que muitos dos pacientes que entram pelo pronto-socorro fiquem em macas nos corredores à espera de um quarto.

No Hospital Infantil Joana de Gusmão, em Florianópolis, a falta de pessoal foi o principal problema constatado pela comissão, aspecto que provocou o fechamento de quatro salas cirúrgicas, por deficiência de profissionais e de equipamentos, e redução gradativa do pessoal da enfermagem, prejudicando o atendimento no berçário. Morastoni foi acompanhado nessa visita pelo deputado Sargento Amauri Soares (PDT), que também participou da vistoria ao Hospital Florianópolis, localizado na zona continental da



Entre as unidades hospitalares inspecionadas pela Comissão de Saúde, Hospital Florianópolis está em reforma desde 2009 com apenas seis leitos ativos

capital catarinense. Em reforma desde 2009, a instituição teve os atendimentos de emergência reduzidos de 40 mil/mês para 5.500. Apenas seis dos 96 leitos permanecem em funcionamento.

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto vistoriou a Escola de Educação Básica Coronel Lara Ribas, em Chapecó, no mês de abril. Os deputados Carlos Chiodini (PMDB) e Luciane Carminatti (PT),

presidente e vice da comissão, respectivamente, constataram que as instalações da unidade escolar estão em estado precário, colocando em risco a integridade dos estudantes e professores. Na ocasião, o secretário de Desenvolvimento Regional (SDR) de Chapecó, Eldimar Cláudio Jagmow, anunciou a destinação de R\$ 2,1 mi para a primeira etapa das obras, que incluem seis novas salas de aula e um auditório.

## COMITIVA VISITA O COMPLEXO DO BAÚ

Cerca de dois anos e meio após as enxurradas de 2008 que provocaram o desmoronamento de morros e a morte de 35 pessoas no chamado Complexo do Baú, em Ilhota, diversos problemas persistem nas comunidades: casas e edificações públicas em áreas de risco, pontes incapacitadas e assoreamento no rio Baú. Para verificar a situação, uma comitiva – integrada pelos deputados Ana Paula Lima (PT), Ismael dos Santos (DEM) e Sargento Amauri Soares (PDT), pelo secretário de Infraestrutura, Valdir Cocalchini, e por autoridades locais – realizou vistoria diversos pontos, no dia 23 de abril.

Com base no que foi constata-

do na comunidade, os deputados encaminharam relatório à Cohab, ao Ministério Público e ao governo

do Estado, pedindo providências e cobrando qualidade nas obras executadas.



Deputados acompanham drama vivido pelo moradores de Ilhota

### RESPONSABILIDADE SOCIAL

Valorizar a iniciativa de empresas e entidades que se destaquem por suas ações de responsabilidade social é a proposta da Certificação e do Troféu de Responsabilidade Social. O reconhecimento destina-se a empresas e entidades com fins não-econômicos que cumpram seu papel social em relação aos funcionários, ao meio ambiente e à comunidade em que estão inseridas.

Até o momento, 120 instituições iniciaram o processo de inscrição, que deve ser concluído no dia 31 de julho, quando encerra o prazo de participação.

Criada pela Lei Nº 12.918, de 23 de janeiro de 2004, a certificação será concedida pela

primeira vez este ano com base no balanço social publicado. O regulamento estabelece duas modalidades de reconhecimento: o certificado, conferido a todas as empresas e entidades que apresentarem seu balanço social atingindo a pontuação mínima em relação aos indicadores; e o troféu, destinado às empresas privadas certificadas que apresentarem o melhor nível de desempenho.

A certificação e o troféu são promovidos pela Assembleia Legislativa, com a participação de oito entidades: Ministério Público Estadual, CRC/SC, Fiesc, Sebrae, Observatório Social de Florianópolis, Conede/SC, Fam-pesc e Fecomércio.



RESPONSABILIDADE  
**SOCIAL**  
Certificação

Informações no site:  
[www.alesc.sc.gov.br/responsabilidade\\_social](http://www.alesc.sc.gov.br/responsabilidade_social)

# AUTORIZADA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Destaque é a retirada do Fundeb da base de cálculo da receita líquida disponível do Estado



Deputado Gilmar Knaesel foi relator do projeto de lei na Comissão de Finanças e Tributação

FABIO QUEIROZ

Os deputados aprovaram, na sessão do dia 12, o Projeto de Lei nº 140/11, do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2012.

Em destaque, a retirada do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) da base de cálculo da Receita Líquida Disponível (RLD) e a alteração dos percentuais dos duodécimos dos poderes.

Assim, em 2012 caberá ao Tribunal de Justiça 7,70%; à Assembleia Legislativa 3,80%; ao Tribunal de Contas 1,40%; ao Ministério

Público, 3,23%; e à Udesc, 2,1%. Para 2013, a Assembleia e a Udesc mantêm os mesmos percentuais, enquanto ao Tribunal de Justiça receberá 7,85%; Tribunal de Contas, 1,45%; e Ministério Público, 3,30%. Os poderes e instituições, no entanto, irão aplicar um redutor de 2,65% sobre os valores recebidos, o que acrescentará cerca de R\$ 90 milhões à receita do Estado já em 2012.

A LDO recebeu 122 emendas relacionadas à infraestrutura, três afetadas às micros e pequenas empresas, seis dizem respeito à agricultura, 13 ao meio ambiente e 41 à saúde. Agora o projeto segue para sanção ou veto do chefe do Poder Executivo.

## TOZZO ASSUME VAGA DE VIEIRA

O empresário oestino Daniel Tozzo toma posse nesta quinta-feira, 14, como deputado. Tozzo assume a vaga do deputado Marcos Vieira (PSDB) que se licencia do Parlamento por 60 dias.

“É uma forma de prestigiar a nova liderança que é o Daniel Tozzo e o próprio PSDB do grande Oeste, região com a qual tenho uma relação de respeito e amizade há mais de 35 anos”, explicou Vieira.

Daniel Tozzo, 35 anos, é administrador de empresas e natural

de Chapecó. Membro de uma das famílias mais tradicionais do Oeste de Santa Catarina, Tozzo sempre foi muito ligado à área produtiva. Exerceu diversas funções, com destaque para o cargo de presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Cordilheira Alta (ACIACA).

É sócio e administrador da Laticínios Cordilat Ltda. Candidato a deputado estadual pelo PSDB em 2010, conquistou 27.755 votos, ficando como sexto suplente da coligação que elegeu 24 deputados.



Daniel Tozzo (E) assume a vaga do deputado Marcos Vieira por 60 dias

FABIO QUEIROZ

## SERVIDORES DA CASAN E CELESC COMEMORAM EMENDAS



CARLOS KILIAN

Deputados e servidores apagam vela do primeiro ano de aniversário da PEC que exige consulta popular para mudança

Funcionários da Casan e Celesc ocuparam a tribuna dia 12 em comemoração a um ano da aprovação da Emenda Constitucional 54/2010, de autoria do ex-deputado estadual Pedro Uczai (PT), que determina consulta popular prévia à transferência do controle acionário de empresas públicas, e da Emenda 52/2010, do deputado Gelson Merisio (DEM), que exige autorização do Legislativo em alteração do estatuto social das

sociedades de economia mista.

Em nome dos servidores, Mario Jorge Maia, coordenador geral do Sindicato dos Eletricitários de Santa Catarina, ressaltou que a visita ao Parlamento manifesta posição contrária à Proposta de Emenda Constitucional do Poder Executivo, encaminhada em junho à Casa. “A PEC tira a obrigatoriedade de referendo popular para a Casan. Já a questão da mudança do estatuto, que passaria

pelo Poder Legislativo, agora fica a mercê dos conselhos de administração, ou de assembleia de acionistas de cada empresa”, informou.

De acordo com Maia, a matéria, se aprovada, representará um risco para os órgãos públicos. “Não queremos nos tornar uma Light ou Eletropaulo, que atualmente pegam seus lucros e distribuem para os acionistas, deixando a população com um péssimo atendimento.”

## SECRETARIA DE SAÚDE APRESENTA RELATÓRIO DE GESTÃO DO SUS

O secretário da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, apresentou, dia 11, em audiência pública, os relatórios de gestão dos recursos aplicados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no período compreendido entre o 3º e 4º trimestres de 2010 e 1º trimestre de 2011. A explanação cumpre exigência legal e foi realizada na Comissão de Saúde.

Dalmo de Oliveira declarou que a crescente demanda por serviços

médicos vem sendo atendida por meio da elevação dos repasses realizados pelo governo. O crescimento constante da receita estadual, estimada em R\$ 1,3 bilhão para 2011, vem possibilitando a destinação ao setor de Saúde de percentuais acima dos 12% estipulados. “Os recursos são limitados e os gastos elevados, mas precisamos fazer escolhas e atuar com equidade”, disse.

Além de pontuar as atividades

realizadas, o secretário adiantou que ainda neste semestre deve ser lançado um programa de mutirão de cirurgias eletivas. “Nossa meta é realizar, até o final do próximo ano, 20 mil cirurgias, desafogando e normalizando o sistema”, disse.

O procurador do MPF, Maurício Pessutto, levantou a falta de dados referentes às demandas por serviços médicos. “Seria importante fazermos a comparação entre a demanda

apresentada pela sociedade e o que a Secretaria da Saúde vem fazendo para atendê-la”, disse.

O representante da Comissão de Orçamento do Conselho Estadual de Saúde, Allan Rodrigo Alcântara, declarou que o relatório foi “excessivamente genérico”. Ele criticou ainda o período de tempo entre a apresentação dos relatórios. “Ficamos praticamente cinco meses sem uma prestação de contas, o que

mostra o atraso e desorganização neste setor”, disse. Também o deputado Volnei Morastoni (PT) apelou para que a secretaria respeite o prazo estabelecido na apresentação dos relatórios. “Essas informações precisam ser repassadas à Assembleia Legislativa no período adequado, para que a sociedade possa tomar contato com as ações desenvolvidas, fiscalizar e propor melhorias”, declarou.



# APROVADO PROJETO DO EXECUTIVO QUE ESTABELECE VENCIMENTOS DO MAGISTÉRIO ESTADUAL

PLC 26/2011 que institui piso nacional da categoria altera valor de salários e gratificações

O PLC 26/2011, que modifica o valor de vencimento, altera gratificações, absorve e extingue vantagens pecuniárias dos membros do Magistério Público Estadual, ativos e inativos, foi aprovado na sessão ordinária dia 13 por 28 votos a oito. O projeto chegou ao Plenário no final da tarde, depois da aprovação de um requerimento em longa reunião conjunta das Comissões de Justiça, Finanças, Trabalho e Serviço Público e Educação, que autorizou a suspensão da discussão da matéria nas comissões e o seu encaminhamento diretamente para apreciação dos deputados.

A notícia intensificou as manifestações de centenas de professores grevistas que acompanhavam a sessão, que foi suspensa por mais de 20 minutos devido aos protestos no Plenário. Deputado Osni Régis e também no hall do Palácio Barriga Verde. No retorno, o relator do PLC, deputado Joares Ponticelli (PP), leu seu parecer aos membros das comissões que votaram pela apreciação do PLC com emendas.

Ponticelli, que aposta no fim da greve depois da aprovação do PLC, pois permite lançar a folha de pagamento do governo já com o novo piso, argumentou que a votação era urgente, pois o Parlamento está iniciando seu recesso amanhã e os estudantes da rede pública estadual continuariam fora das salas de aula por pelo menos mais uma quinzena se o impasse entre governo e grevis-



Centenas de professores grevistas acompanham o debate e a votação do projeto de origem do Executivo

tas não chegasse ao fim.

O deputado Romildo Titon (PMDB), presidente da CCJ, classificou o PLC 26/2011 como o projeto mais polêmico em tramitação na Assembleia Legislativa. Já o líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), destacou a necessidade de aprovar o projeto para garantir o pagamento do piso salarial aos professores e retomar as aulas na rede estadual de ensino, evitando prejuízo maior aos estudantes com

a perda do ano letivo.

## EMENDAS

Durante a sessão, realizada em seguida, os parlamentares do PT, Dirceu Dresch, Luciane Carminatti, Neodi Saretta, Jailson Lima, Ana Paula Lima e outros membros da oposição, Sargento Amauri Soares (PDT) e Angela Albino (PCdoB), se pronunciaram veementemente contra a votação do PLC e insistiram

em pedidos de vista que não foram contemplados devido ao requerimento anteriormente aprovado. Soares criticou a estratégia do governo de enviar o PLC ao Parlamento apenas seis dias às vésperas do recesso e sugeriu que a pausa das atividades parlamentares fosse interrompida para uma votação "mais justa". Nas galerias, os grevistas acompanharam todas as discussões parlamentares com palavras de ordem contrárias à proposta.

Ponticelli foi o autor de duas emendas, supressiva e aditiva, aprovadas juntamente com o PLC: a primeira retira artigos relacionados à licença-prêmio não gozada de diretores de escolas e assistentes pedagógicos que teriam seus direitos minorados, enquanto a segunda dá garantia ao pagamento dos dias parados por greve imediatamente após o retorno ao trabalho desde que o professor se comprometa a repor as aulas.

## DEPUTADOS DE OPOSIÇÃO CRITICAM PROPOSTA

Diversos parlamentares de oposição se revezaram na tribuna e nos microfones de aparte para criticar a votação do projeto do Executivo. O deputado Dirceu Dresch (PT) defendeu um substitutivo global ao PLC 026/11, apresentado pela bancada do PT, que recompunha as perdas do magistério e aplicava o piso de acordo com a tabela do Ministério da Educação. Também as deputadas Ana Paula Lima (PT), Luciane Carminatti (PT) e Angela Albino (PCdoB) lamentaram a aprovação da matéria.

Para o deputado Neodi Saretta (PT), o problema maior é o financiamento da educação. "Não há estado ou município com educação de qualidade que

aplique apenas 25% na educação". Ele fez um apelo ao presidente, deputado Gelson Merisio (DEM), que colocasse em votação emenda constitucional de sua autoria, cujo prazo de tramitação já se esgotou, e que retira do cálculo dos 25% da educação os gastos com os inativos.

O deputado Jailson Lima (PT) afirmou que o Poder Legislativo teve "um dia histórico pela relevância da luta do magistério" e que a aprovação do PLC 026/11 "significa a continuação da luta".

Joares Ponticelli (PP), por sua vez, afirmou que a repercussão financeira com a aprovação do projeto do magistério importará num desembolso de cerca de R\$ 27 milhões por mês, de agosto até



Deputados debatem projeto, que recebeu emendas ao texto original

dezembro. Em janeiro, segundo o parlamentar, o desembolso deverá chegar a R\$ 38 milhões,

resultando em R\$ 533 milhões a mais na folha do magistério para o ano que vem.

## REVIGORAR

Na sessão, os deputados ainda aprovaram outras matérias: a que institui o Revigorar III; a que incorpora o valor do abono progressivo ao vencimento dos servidores da saúde; a que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual; e a que institui o Código de Direitos e Deveres do Contribuinte de SC.

Também tiveram aval o projeto que institui a gratificação para servidores do Departamento de Transportes e Terminais (Deter); e o que institui a gratificação para os servidores da Fundação do Meio Ambiente (Fatma).



FOTOS FABIO QUERIOZ

Profissionais de saúde, agentes públicos e de instituições filantrópicas acompanham e participam de debate promovido no auditório da Prefeitura de São Miguel do Oeste

## A LUTA DOS PEQUENOS HOSPITAIS EM SC

Fórum Parlamentar se compromete a garantir aplicação dos recursos do Revigorar nas unidades

### LISANDREA COSTA

A situação econômica dos hospitais filantrópicos e fundações hospitalares de Santa Catarina pautou reunião realizada pelo Fórum Parlamentar dos Pequenos Hospitais, presidido pelo deputado Mauro de Nadal (PMDB), dia 8, no auditório da Prefeitura de São Miguel do Oeste. Dentre os encaminhamentos, o fórum comprometeu-se a atuar para que os recursos obtidos pelo Estado com o pagamento de dívidas, via Programa Revigorar, sejam aplicados em saúde, em especial na manutenção dos hospitais e na realização de cirurgias eletivas.

Vários relatos de hospitais com dificuldade de manutenção foram ouvidos pelos parlamentares.

Conforme Nadal, a reunião de São Miguel do Oeste deu início a uma série de encontros regionais que serão promovidos com o foco de encontrar alternativas para manter os pequenos hospitais funcionando. "Em todos os municípios há dificuldades de custeio da folha de pagamento e manutenção da unidade hospitalar. O acúmulo de déficit é preocupante, pois os pequenos hospitais devem continuar funcionando para o atendimento da população local."

O deputado Volnei Morastoni (PT), que preside a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, salientou a importância dos pequenos hospitais nas microrregiões e a necessidade de uma política de apoio. "Precisamos discutir qual é o papel dessas unidades hospita-

lares e até mesmo redirecionar, se necessário, a sua atuação dentro da rede de saúde." A Comissão de Saúde reivindicará à Câmara dos Deputados a regulamentação da Emenda Constitucional 29, estimulando que as demais Assembleias Legislativas do país e todas as câmaras de vereadores

reforcem esse movimento.

A qualidade da estrutura de saúde disponível na região é um fator fundamental para a permanência da população, de acordo com o secretário de Desenvolvimento Regional, Vilson Trevisan. Segundo ele, as populações locais se evadem dos pequenos

municípios em busca de melhores condições de vida. Já a representante da prefeitura de São Miguel do Oeste, Eliane Zanotto, destacou as carências regionais na área da saúde como fruto de um "histórico esquecimento do Extremo-Oeste por parte das autoridades estaduais".

### "NÃO HÁ FALTA DE LEITOS, MAS DÉFICIT DE FINANCIAMENTO", ATESTA FEDERAÇÃO

Conforme levantamento da Federação dos Hospitais de Santa Catarina (Fehoesc), a região compreendida pela Associação dos Municípios do Extremo-Oeste (Ameosc) dispõe de 491 leitos hospitalares, o que dá uma média de 3,1 leitos/1.000 habitantes. "Não há falta de leitos, mas déficit de financiamento em função da defasagem na tabela do Sistema Único de Saúde, que não cobre o custo dos atendimentos. Essa baixa remuneração vai levar ao sucateamento do sistema, pois não temos condições de investir em equipamentos e na remuneração dos trabalhadores", afirmou o presidente da Fehoesc, Tércio Kasten.

Na visão da federação, a regulamentação da Emenda Constitucional 29 é uma medida crucial. Conforme Kasten,

os municípios já cumprem, e geralmente extrapolam, os 15% de investimentos em saúde; o Estado se aproxima dos 12% constitucionais, mas a União investe em torno de 4%, por isso é necessário definir um percentual de investimento federal

de no mínimo 10%. Também foram sugeridos investimentos na atenção básica (Unidades de Prontoatendimento e Saúde da Família), vocacionamento dos hospitais locais e profissionalização da gestão das unidades hospitalares.



Deputado Mauro de Nadal (D) comanda Fórum Parlamentar



Tércio Kasten diz que baixa remuneração do SUS vai levar ao sucateamento